



PORTUGAL

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA UE/FMI

2011-2014



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

PORTUGAL

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA UE/FMI

2011-2014

Portugal: Request for a Three-Year Arrangement Under the Extended Fund Facility, IMF Country Report No. 11/127, June 2011. | Council Implementing Decision on Granting Financial Assistance to Portugal, 17 May 2011.



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

ÍNDICE

1	Condições da Assistência Financeira UE/FMI	5
2	Cenário Macroeconómico	6
3	Condicionalidade Estrutural no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (FMI)	7
4	Medidas estruturais previstas no Memorando de Entendimento sobre a Condicionalidade em Matéria de Política Económica (União Europeia)	10

1 CONDIÇÕES DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA UE / FMI

Mecanismo	FMI EFF - <i>Enhanced Fund Facility</i> (ao abrigo de um financiamento de emergência e acesso excepcional)	European Union MEEF - Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (EFSM - <i>European Financial Stabilisation Mechanism</i>)	European Union FEEF - Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF - <i>European Financial Stability Facility</i>)
Duração	36 meses	36 meses	36 meses
Montante total	DSE 23,742 mil milhões (aproximadamente 2 306% da quota*)	€26 mil milhões	€26 mil milhões
Desembolsos	Até 13 <i>tranches</i> trimestrais sujeitas a condicionalidade	Até 14 prestações (que poderão ser disponibilizadas em uma ou várias <i>tranches</i>) sujeitas a condicionalidade	Até 14 prestações (que poderão ser disponibilizadas em um ou vários empréstimos) sujeitas a condicionalidade
Amortização do capital	Entre 2015 e 2024 (Cada <i>tranche</i> amortizada em 12 prestações semestrais iguais, a pagar entre 4,5-10 anos da data de desembolso)	Capital reembolsado no fim (ou seja, no vencimento de cada <i>tranche</i>)	Capital reembolsado no fim (ou seja, no vencimento de cada <i>tranche</i>)
Prazo médio	7,5 anos	7,5 anos	7,5 anos
Custo	<ul style="list-style-type: none"> Juros: Taxa de juro básica (taxa de juro DSE + 100 pb) + sobretaxa de 200 pb no crédito em dívida acima de 300% da quota (sobretaxa aumenta para 300 pb após 3 anos) Comissão de compromisso cobrada sobre os montantes disponíveis para cada período de 12 meses (entre 15 a 60 pb dependendo do montante disponível). Reembolsada à medida que os fundos são sacados Taxa de serviço de 50 pb em cada montante sacado Juros pagos trimestralmente 	<ul style="list-style-type: none"> Custo do financiamento da UE para cada <i>tranche</i> + margem de 215 pb + custos administrativos Juros pagos anualmente 	<ul style="list-style-type: none"> Custo do financiamento FEEF + margem de 208 pb + custos administrativos Comissão de serviço de 50 pb sobre cada empréstimo Juros pagos anualmente

* A quota de Portugal no FMI é de 1029,7 milhões de DSE.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB (taxa de variação real, em %)	-2,5	1,3	-2,2	-1,8	1,2	2,5	2,2	2,0
Preços no consumidor (taxa de variação, em %)	-0,9	1,4	3,5	2,1	1,4	1,5	1,5	1,6
Taxa de desemprego (em %)	9,6	11,0	12,1	13,4	13,3	12,0	10,8	9,8
Saldo orçamental das Administrações Públicas*	-10,1	-9,1	-5,9	-4,5	-3,0	-2,3	-1,9	-1,8
Dívida bruta das Administrações Públicas	83,0	93,0	106,4	112,2	115,3	115,0	112,9	111,0
Balança Corrente	-10,9	-9,9	-9,0	-6,7	-4,1	-3,4	-2,7	-2,2
Posição de Investimento Internacional	-110,4	-107,5	-116,9	-123,3	-123,4	-121,4	-119,0	-116,4

* Nos termos dos objectivos do programa, o défice orçamental das Administrações Públicas deverá ser inferior a €10 068 milhões em 2011; €7 645 milhões em 2012; €5 224 milhões em 2013 e €4 521 milhões em 2014 .

3

CONDICIONALIDADE ESTRUTURAL NO MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS (FMI)

2011-Mai **Finanças Públicas**

- Preparar um relatório detalhado sobre as 10 empresas públicas com maior risco orçamental potencial para o Estado. O relatório deverá cobrir (i) planos concretos, por empresa, para redução dos custos operacionais, consistente com um corte médio de, pelo menos, 15% face aos níveis de 2009; (ii) uma revisão planeada das estruturas tarifárias.
- Fazer um levantamento detalhado de todas as despesas fiscais (incluindo todos os tipos de isenções, deduções e taxas reduzidas), por tipo de imposto, juntamente com as estimativas de custos respectivos.
- Aprovar uma definição padronizada de atraso nos pagamentos e de compromissos financeiros.
- Estabelecer um grupo de trabalho temporário, constituído por juízes, para resolver casos em matéria fiscal de valor superior a 1 milhão de euros.

2011-Mai **Estabilidade Financeira**

- Determinar que todos os grupos bancários sujeitos a supervisão em Portugal atinjam um rácio de capital “Core Tier 1” de 9% no final de 2011 e de 10% no final de 2012, mantendo-o daí em diante, ficando os bancos incumbidos de apresentar, até final de Junho de 2011, planos sobre como tencionam cumprir estes requisitos.

2011-Jun **Estabilidade Financeira**

- Definir um programa de inspecções especiais *on-site* para validar a informação sobre activos prestada pelos bancos para a avaliação da solvabilidade.

2011-Jul **Competitividade**

- Eliminar “golden shares” e todos os outros direitos especiais estabelecidos por Lei ou nos estatutos de empresas cotadas em bolsa que conferem direitos especiais ao Estado.
- Apresentar à Assembleia da República legislação, previamente acordada com os parceiros sociais, para alinhar e reduzir as compensações por cessação de contrato de trabalho em todos os novos contratos (a termo e sem termo).
- Finalizar a calibração da reforma orçamental, com vista à redução dos custos unitários do trabalho, por via de uma baixa nos impostos sobre o trabalho com efeito neutro sobre o défice orçamental.

2011-Ago **Finanças Públicas**

- Realizar e publicar um levantamento completo de pagamentos em atraso de entidades das Administrações Públicas e empresas públicas, abrangendo todas as categorias de despesa com referência a Junho de 2011.
- Publicar um documento de estratégia orçamental para as Administrações Públicas que inclua previsões económicas e orçamentais a 4 anos, análise de suporte, pressupostos subjacentes e os custos a 4 anos das novas decisões de política.

2011-Set **Estabilidade Financeira**

- Solicitar a avaliação, por uma equipa conjunta de peritos da CE, BCE e FMI, do quadro reforçado de análise da solvabilidade e desalavancagem financeira.
- Melhorar a divulgação de informação relativa ao crédito em risco, acrescentando um novo rácio, alinhado com as práticas internacionais, ao rácio actual, o qual apenas cobre crédito vencido.

2011-Nov **Estabilidade Financeira**

- Alterar em consulta com a CE, o BCE e o FMI a legislação relativa às instituições de crédito para reforçar o quadro de intervenção preventiva e introduzir um regime de resolução dos bancos mantendo-os em actividade sob controlo oficial.
- Alterar o Código de Insolvência, a fim de facilitar o resgate efectivo de empresas viáveis e apoiar a reabilitação de indivíduos financeiramente responsáveis.

2011-Dez **Finanças Públicas**

- Com base na avaliação da assistência técnica da UE/FMI sobre as implicações orçamentais dos principais programas de PPP, recrutar uma empresa de auditoria internacionalmente reconhecida para realizar um estudo detalhado das PPP e identificar áreas para uma análise mais profunda.

Estabilidade Financeira

- Alterar a legislação relevante para reforçar o sistema de garantia de depósitos, autorizando o financiamento de medidas de resolução de bancos e introduzindo privilégios creditórios para os depositantes.

Competitividade

- Submeter à Assembleia da República legislação para revisão da Lei da Concorrência, tornando-a o mais autónoma possível face ao Direito Administrativo e ao Código do Processo Penal e mais harmonizada com o enquadramento legal da concorrência da UE.
 - Avaliar a eficiência dos esquemas de apoio à co-geração e energias renováveis e identificar opções para reduzir o subsídio implícito na co-geração.
 - Rever o Código de Processo Civil e preparar uma proposta identificando as áreas-chave para aperfeiçoamento.
-

2012-Fev Finanças Públicas

- Elaborar um relatório sobre as empresas públicas baseado em contas provisionais que avaliem as respectivas perspectivas financeiras, a exposição potencial do Estado e a margem para uma privatização ordeira.

Competitividade

- Tomar todas as medidas jurídicas, administrativas e outras necessárias para tornar a arbitragem em acções executivas de dívida completamente operacional.
-

MEDIDAS ESTRUTURAIS PREVISTAS NO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE A CONDICIONALIDADE EM MATÉRIA DE POLÍTICA ECONÓMICA (União Europeia)***2011-Mai Finanças Públicas**

- 3.22 • Preparar um relatório detalhado sobre as 10 empresas públicas com maior risco orçamental potencial para o Estado. O relatório deverá cobrir (i) planos concretos, por empresa, para redução dos custos operacionais, consistente com um corte médio de, pelo menos, 15% face aos níveis de 2009; (ii) uma revisão planeada das estruturas tarifárias.
- 3.4 • Fazer um levantamento detalhado de todas as despesas fiscais (incluindo todos os tipos de isenções, deduções e taxas reduzidas), por tipo de imposto, juntamente com as estimativas de custos respectivos.
- 3.1 • Aprovar uma definição padronizada de atraso nos pagamentos e de compromissos financeiros.
- 3.35 • Estabelecer um grupo de trabalho temporário, constituído por juízes, para resolver casos em matéria fiscal de valor superior a 1 milhão de euros.

Estabilidade Financeira

- 2.3 • Determinar que todos os grupos bancários sujeitos a supervisão em Portugal atinjam um rácio de capital “Core Tier 1” de 9% no final de 2011 e de 10% no final de 2012, mantendo-o daí em diante, ficando os bancos incumbidos de apresentar, até final de Junho de 2011, os seus planos sobre como tencionam cumprir estes requisitos.

2011-Jun Finanças Públicas

- 3.10 • Aprovar uma definição padronizada de responsabilidades contingentes.

Estabilidade Financeira

- 2.7 • Definir um programa de inspecções especiais *on-site* para validar a informação sobre activos prestada pelos bancos para a avaliação da solvabilidade.
- 2.2 • Solicitar aos bancos que elaborem, até final de Junho de 2011, planos de financiamento de médio prazo para atingirem uma situação estável de financiamento pelo mercado.
- 2.3 • Solicitar aos bancos que apresentem, até final de Junho de 2011, planos sobre como tencionam atingir os novos requisitos de capital através de soluções de mercado.

- 2.4
- Reforçar, de acordo com as regras dos auxílios de Estado da UE, o mecanismo de apoio à recapitalização dos bancos com recursos até ao montante de 12 mil milhões de euros. Disponibilizar mil milhões de euros em conta dedicada aberta no Banco de Portugal, até final de Junho de 2011. O remanescente dos 12 mil milhões de euros previstos para o fundo de recapitalização será depositado em função das necessidades de capital determinadas no contexto do acompanhamento do programa.

Competitividade

- 5.16
- Preparar proposta de lei que assegure a implementação da nova Directiva de Melhor Regulação (“Better Regulation”) para aumentar a concorrência no sector das telecomunicações.
- 5.2
- Transpôr o terceiro Pacote de Energia da UE.
- 7.1
- Intensificar a implementação do novo Mapa Judiciário. Auditar os processos pendentes, incluindo acções executivas, processos de insolvência, de tributação e de trabalho. Equacionar medidas adicionais para acelerar a redução das pendências.

2011-Jul Finanças Públicas

- 3.23
- Rever a estrutura tarifária das empresas públicas da Administração Central, a fim de reduzir o grau de subsidiarização.
- 3.25
- Anunciar limites de endividamento mais restritos para as empresas públicas da Administração Central a partir de 2012.
- 3.24
- Apresentar planos concretos para reduzir os custos operacionais das empresas públicas da Administração Central em, pelo menos, 15% em média.
- 3.30
- Relatório anual sobre as empresas públicas do Estado, incluindo riscos orçamentais.

Estabilidade Financeira

- 2.10
- Lançar um processo para vender o Banco Português de Negócios (BPN) em calendário acelerado e sem preço mínimo. Com este fim, submeter à CE um novo plano para aprovação à luz das regras de concorrência. O objectivo é encontrar um comprador até ao final de Julho.

Competitividade

- 1.3
- Finalizar a calibração da reforma orçamental, com vista à redução dos custos unitários do trabalho, por via de uma baixa nos impostos sobre o trabalho com efeito neutro sobre o défice orçamental.

- 7.19 • Eliminar “golden shares” e todos os outros direitos especiais estabelecidos por Lei ou nos estatutos de empresas cotadas em bolsa que conferem direitos especiais ao Estado.
- 5.1 • Adoptar calendário para a eliminação das tarifas reguladas de electricidade.
- 4.4 • Apresentar à Assembleia da República legislação, previamente acordada com os parceiros sociais, para alinhar e reduzir as compensações por cessação de contrato de trabalho em todos os novos contratos (a termo e sem termo).

2011-Ago **Finanças Públicas**

- 3.18 • Proceder, com a assistência técnica da CE e do FMI, a uma avaliação inicial de, pelo menos, as 20 mais significativas PPP e contratos de concessão, incluindo as PPP das Estradas de Portugal mais importantes, e abrangendo um leque alargado de sectores.
- 3.12 • Publicar um documento de estratégia orçamental para as Administrações Públicas que inclua previsões económicas e orçamentais a 4 anos, análise de suporte, pressupostos subjacentes e os custos a 4 anos das novas decisões de política.
- 3.2 • Realizar e publicar um levantamento completo de pagamentos em atraso de entidades das Administrações Públicas e empresas públicas, abrangendo todas as categorias de despesa com referência a Junho de 2011.

2011-Set **Finanças Públicas**

- 3.3 • Melhorar a informação mensal da execução orçamental, em base de caixa, para as Administrações Públicas, incluindo em base consolidada.
- 3.4 • Melhorar o relatório anual sobre a despesa fiscal.
- 3.5 • Estabelecer objectivos orçamentais trimestrais.
- 3.7 • Preparar relatório mensal consolidado sobre pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas.
- 3.11 • Publicar relatório sobre riscos orçamentais (anual).
- 3.13 • Implementar plenamente a Lei de Enquadramento Orçamental.
- 3.15 • Publicar previsões subjacentes ao orçamento.

- 3.16 • Adoptar os Estatutos do Conselho das Finanças Públicas.
- 3.23 • Rever a estrutura tarifária das empresas públicas (Administração Local e Regional), a fim de reduzir o seu grau de subsidiação.
- 3.25 • Anunciar limites de endividamento mais restritos para as empresas públicas a partir de 2012 (Administração Local e Regional).
- 3.24 • Concluir planos concretos para reduzir os custos operacionais das empresas públicas em, pelo menos, 15% em média face aos níveis de 2009 (Administração Local e Regional).
- 3.23 • Rever o nível de prestação de serviços das empresas públicas em todos os níveis da administração (central, local e regional).
- 3.33 • Conceber, em consulta com a CE e o FMI, a nova estrutura que fundirá os serviços da administração fiscal (DGCI), da administração aduaneira (DGAIEC) e de tecnologias de informação (DGITA).
- 3.33 • Fazer um estudo para avaliar os custos e benefícios da fusão das unidades de cobrança da segurança social com os serviços da administração fiscal (DGCI), da administração aduaneira (DGAIEC) e de tecnologias de informação (DGITA).
- 3.35 • Fazer uma nova avaliação do desempenho da inspecção na Administração Fiscal.
- 3.35 • Aplicar juros sobre o total dos montantes em dívida durante a totalidade do período do procedimento judicial.
- 3.35 • Implementar nova lei de arbitragem fiscal.
- 3.37 • Preparar relatório sobre o estado das tecnologias de informação na Administração Fiscal e propor reformas.
- 3.49 • Propor legislação e outras iniciativas para garantir a redução anual do número de trabalhadores na Administração Central em, pelo menos, 1% ao ano no período 2012-14 e em, pelo menos, 2% ao nível regional e local.
- 3.50 • Elaborar projectos de actos legislativos para: i) rever substancialmente as actuais categorias de isenção de taxas moderadoras no SNS e ii) aumentar as taxas moderadoras em alguns serviços.
- 3.51 • Reduzir as deduções fiscais para os cuidados de saúde em dois terços.

- 3.54 • Rever a fixação de preço do primeiro genérico introduzido no mercado.
- 3.56 • Tornar obrigatória a prescrição electrónica de medicamentos e meios de diagnóstico.
- 3.57 • Estabelecer um sistema de monitorização da prescrição e diagnóstico de cada médico, com informação regular sobre o processo.
- 3.58 • Introduzir medidas para incentivar os médicos a prescrever genéricos e medicamentos de marca disponíveis menos dispendiosos (regulamentação ou orientações para os médicos).
- 3.64 • Estabelecer o enquadramento legislativo e administrativo para um sistema centralizado de aprovisionamento para a compra de produtos médicos no âmbito do SNS.
- 3.70 • Aumentar o número das Unidades de Saúde Familiares (USF) contratualizadas com as autoridades regionais.
- 3.71 • Apresentar calendário para liquidar os pagamentos em atraso no sistema de saúde e definir procedimentos uniformes para controlo de compromissos.
- 3.72 • Apresentar uma descrição detalhada das medidas para alcançar uma redução de 200 milhões de euros nos custos operacionais dos hospitais em 2012.
- 3.73 • Publicar normas de orientação clínica e criar um sistema de auditoria da sua implementação.
- 3.79 • Actualizar anualmente o inventário de todos os médicos no activo por especialidade, idade, região, centro de saúde e hospital, no sector público e privado.
- 3.80 • Preparar relatórios anuais, o primeiro dos quais a ser publicado em Março-2012, sobre afectação de recursos humanos no SNS no período que decorre até 2014.
- 3.83 • Reduzir os custos com o transporte de doentes em um terço.

Estabilidade Financeira

- 2.6 • Solicitar a avaliação, por uma equipa conjunta de peritos da CE, BCE e FMI, do quadro reforçado de análise da solvabilidade e desalavancagem financeira.

- 2.9 • Melhorar a divulgação de informação relativa ao crédito em risco, acrescentando um novo rácio, alinhado com as práticas internacionais, ao rácio actual, o qual apenas cobre crédito vencido.
- 2.18 • Emitir princípios gerais sobre reestruturação voluntária de dívidas por via não judicial, em linha com as melhores práticas internacionais.
- 2.8 • Fornecer actualizações sobre as necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem (a repetir trimestralmente).
- 2.22 • Elaborar relatório sobre o endividamento de empresas e de particulares, as suas pressões de financiamento e actividade de refinanciamento da dívida (a repetir trimestralmente).

Competitividade

- 7.23 • Eliminar isenções que permitem a adjudicação directa de contratos públicos acima e abaixo dos limites estabelecidos nas Directivas sobre os contratos públicos.
- 7.27 • Estabelecer regras que assegurem auditorias/verificações *ex-ante* relativas a contratos públicos pelas entidades nacionais competentes.
- 5.3 • Tomar medidas para melhorar o funcionamento do mercado ibérico do gás através de convergência regulamentar.
- 5.13 • Reportar sobre a consistência e possível sobreposição de instrumentos de política energética.
- 5.10 • Relatório anual sobre medidas adoptadas para melhorar os esquemas de compensação para novos contratos em renováveis (caso existam).
- 5.11 • Relatório anual sobre os custos e benefícios de novos investimentos em renováveis, incluindo as consequências para os preços da energia.
- 5.17 • Lançar leilões para o espectro (radioeléctrico) para conceder a novos participantes o direito de utilizar “novas” radiofrequências e reduzir as taxas de rescisão móveis.
- 5.19 • Introduzir contratos padronizados, tornar explícito o direito ao cancelamento gratuito e facilitar a comparação de preços, de modo a aumentar a mobilidade dos consumidores nas comunicações fixas.

- 5.18 • Renegociar o contrato de concessão com a empresa que actualmente fornece o serviço e lançar um novo concurso (não discriminatório) para designação de fornecedores de serviços universais de telecomunicações.
- 5.20 • Transpôr a terceira Directiva Postal para a liberalização dos serviços postais.
- 5.21 • Eliminar as isenções em sede de IVA para os serviços postais para garantir condições de igualdade.
- 5.22 • Apresentar um Plano Estratégico dos Transportes para racionalizar, melhor integrar e aumentar a concorrência no sector.
- 5.23 • Transpôr a legislação do pacote da UE para o sector ferroviário e privatizar a actividade de carga da CP e linhas suburbanas.
- 5.28 • Apresentar à Assembleia da República as alterações à legislação específica do sector dos serviços visando a plena aplicação da Directiva dos Serviços.
- 5.30 • Preparar legislação para melhorar o reconhecimento das qualificações profissionais: adoptar legislação (para profissões não reguladas pela Assembleia da República); apresentar proposta à Assembleia da República para as restantes profissões.
- 5.33 • Ajustar o quadro legislativo a fim de liberalizar o acesso e o exercício de profissões reguladas: adoptar legislação para profissões não reguladas pela Assembleia da República; apresentar proposta à Assembleia da República para as restantes profissões.
- 5.31 | 5.32 • Efectuar ajustamentos ao quadro legislativo a fim de reduzir o número de profissões reguladas e eliminar as reservas de actividade injustificadas e restrições ao uso de publicidade: adoptar para profissões não reguladas pela Assembleia da República; apresentar à Assembleia da República para as restantes profissões.
- 6.1 • Apresentar medidas para alterar a Lei do Arrendamento Urbano.
- 6.2 • Adoptar legislação para simplificar os processos administrativos em matéria de reabilitação urbana.
- 6.3 • Rever o quadro de avaliação dos imóveis para habitação.

- 7.3 • Adoptar calendário para a implementação do novo Mapa Judiciário.
- 7.6 • Apresentar nova Lei de Arbitragem.
- 7.9 • Alargar o novo regime experimental de processo civil a 4 tribunais.
- 7.6 • Implementar a nova Lei de Arbitragem.
- 7.15 • Introduzir custas judiciais padronizadas e custas judiciais especiais para determinadas categorias de processos para desincentivar a litigância de má fé.
- 7.18 • Publicar relatório trimestral sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.

2011-Out Finanças Públicas

- 3.38 • Elaborar plano estratégico para a Administração Fiscal para o período de 2012-2014, incluindo acções concretas para combater a fraude e a evasão fiscais, para reforçar as inspecções e a cobrança coerciva baseadas em técnicas de gestão de risco.
- 3.34 • Elaborar planos abrangentes de reforma da Administração Fiscal (incluindo secções especializadas, redução do número de repartições locais e aumento dos recursos destinados à inspecção).

2011-Nov Estabilidade Financeira

- 2.14 • Alterar, em consulta com a CE, o BCE e o FMI, a legislação relativa às instituições de crédito para reforçar o quadro de intervenção preventiva e introduzir um regime de resolução dos bancos mantendo-os em actividade sob controlo oficial.
- 2.16 | 2.17 | 2.20 • Alterar o Código de Insolvência, a fim de facilitar o efectivo resgate de empresas viáveis e apoiar a reabilitação de indivíduos financeiramente responsáveis.

2011-Dez Finanças Públicas

- 3.36 • Submeter à Assembleia da República a legislação necessária para reforço dos poderes de inspecção da administração fiscal.

- 3.6
 - Alterar as regras de execução orçamental para as alinhar com a definição padronizada de atraso nos pagamentos e de compromissos financeiros.
- 3.8
 - Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.
- 3.14
 - Submeter à Assembleia da República uma proposta de legislação para reformar a lei das finanças locais e regionais.
- 3.26
 - Elaborar um plano para reforçar a gestão das empresas públicas (Administração Central, Local e Regional).
- 3.31
 - Antecipar o plano de privatizações e preparar duas empresas adicionais para privatização.
- 3.33
 - Completar a definição da nova estrutura que fundirá a administração fiscal (DGCI), a administração aduaneira (DGAIEC) e tecnologias de informação (DGITA).
- 3.35
 - Integrar os sistemas de tecnologias de informação entre a Administração Fiscal e os tribunais fiscais.
- 3.39
 - Reduzir os cargos dirigentes e as unidades administrativas em, pelo menos, 15% na Administração Central.
- 3.40
 - Implementar uma segunda fase do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).
- 3.41
 - Submeter à Assembleia da República uma proposta de legislação com vista à redução dos cargos dirigentes e unidades administrativas na Administração Local.
- 3.41
 - Tomar iniciativas no sentido de reduzir os cargos dirigentes e unidades administrativas na Administração Regional.
- 3.42
 - Proceder a uma análise do custo/benefício das entidades públicas (fundações, institutos, etc).
- 3.43
 - Propor legislação sobre a criação e o funcionamento de entidades públicas (fundações, institutos, etc) na Administração Central e Local.
- 3.43
 - Tomar iniciativas para regulamentar a criação e o funcionamento de entidades públicas na Administração Regional.

- 3.45 • Identificar ineficiências e duplicações de actividades entre a Administração Central, Local e serviços da Administração Central descentralizados.
- 3.48 • Preparar um plano de mobilidade dos recursos humanos nas Administrações Públicas.
- 3.19 • Com base na avaliação da assistência técnica da UE/FMI sobre as implicações orçamentais dos principais programas de PPP, recrutar uma empresa de auditoria internacionalmente reconhecida para realizar um estudo detalhado das PPP e identificar áreas para uma análise mais profunda.
- 3.50 • Legislar com vista à indexação automática dos co-pagamentos (taxas moderadoras) do SNS à inflação.
- 5.52 • Reduzir a despesa com os sistemas públicos de protecção na saúde em 30% em 2012 e em 20% em 2013. Assegurar reduções similares adicionais em anos subsequentes, tendo em vista que os sistemas se financiem por si próprios até 2016.
- 3.53 • Preparar um quadro orçamental de médio-prazo para os cuidados de saúde.
- 3.55 • Rever o actual sistema de preços de referência dos medicamentos baseado em preços internacionais.
- 3.57 • Levar a cabo a primeira informação trimestral sobre o processo de prescrição de medicamentos por cada médico.
- 3.59 • Estabelecer regras para a prescrição de medicamentos e de meios complementares de diagnóstico (orientações de prescrição para os médicos).
- 3.60 • Reduzir os obstáculos administrativos/legais no mercado de medicamentos genéricos.
- 3.61 • Implementar efectivamente a legislação existente que regula a actividade das farmácias.
- 3.62 • Alterar o cálculo das margens de lucro das empresas distribuidoras e farmácias para assegurar que uma poupança de despesa pública de, pelo menos, 50 milhões de euros, seja proveniente da redução dos lucros do sector farmacêutico.
- 3.65 • Finalizar o sistema uniforme de codificação e um registo comum de fornecimento de material médico.

- 3.66 • Reduzir em 10% a despesa global (incluindo taxas) do SNS com entidades privadas que prestem serviços ao SNS – aumentar a concorrência entre os prestadores privados.
- 3.70 • Estabelecer um mecanismo para garantir a presença de médicos de família em áreas carenciadas.
- 3.74 • Melhorar os critérios de selecção e adoptar medidas para assegurar uma selecção mais transparente dos presidentes e dos membros das administrações hospitalares.

Estabilidade Financeira

- 2.15 | 2.16 • Alterar a legislação relevante para reforçar o sistema de garantia de depósitos, autorizando o financiamento de medidas de resolução de bancos e introduzindo privilégios creditórios para os depositantes.
- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 7.20 • Submeter à Assembleia da República legislação para revisão da Lei da Concorrência, tornando-a o mais autónoma possível face ao Direito Administrativo e ao Código do Processo Penal e mais harmonizada com o enquadramento legal da concorrência da UE.
- 7.21 • Apresentar um relatório independente sobre a independência e os recursos das autoridades reguladoras nacionais e uma proposta a fim de os reforçar onde necessário.
- 7.20 • Adoptar medidas para assegurar que a Autoridade da Concorrência dispõe de meios suficientes e estáveis para garantir o seu funcionamento eficaz.
- 7.24 • Alterar as disposições do Código dos Contratos Públicos relativas a erros e omissões e a trabalhos/serviços a mais.
- 7.25 • Implementar medidas relativas a adjudicação directa irregular de obras/serviços a mais.
- 7.26 • Adoptar medidas que tornem as autoridades adjudicantes financeiramente responsáveis pelo não cumprimento das regras de contratação pública.
- 7.28 • Actualizar o Portal dos Contratos Públicos (Base) com base na Resolução n.º 17/2010 da Assembleia da República.

- 7.29 • Modificar o Artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos relativamente a projectos de I&D para contratos públicos de valor elevado.
- 7.30 • Adoptar o programa “Simplex” para as Exportações.
- 7.31 • Implementar estratégia para facilitar o acesso das empresas, em particular PME, ao financiamento e aos mercados de exportação.
- 5.7 • Avaliar a eficiência dos esquemas de apoio à co-geração e identificar opções para reduzir o subsídio implícito.
- 5.8 | 5.9 • Avaliar, num relatório, a eficiência dos esquemas de apoio às energias renováveis e, em relação aos actuais contratos, avaliar, num relatório, a possibilidade de acordar uma renegociação, com vista a uma tarifa bonificada de venda mais baixa.
- 5.5 • Preparar relatório sobre a falta de entrada no mercado do gás (razões e medidas).
- 5.6 • Limitar os sobrecustos associados à produção de electricidade em regime ordinário.
- 5.12 • Racionalizar os procedimentos administrativos e aumentar a transparência dos encargos para os produtores de energias renováveis.
- 5.14 • Adoptar medidas para modificar os instrumentos de política energética a fim de garantir consistência e eliminar possível sobreposição de instrumentos.
- 5.15 • Aumentar a taxa do IVA na electricidade e no gás e tributar a electricidade em sede de impostos especiais sobre o consumo.
- 5.24 • Definir uma Estratégia para os Portos e uma proposta de enquadramento jurídico para a implementar com vista à integração dos portos no sistema global de logística e transportes e à melhoria da gestão.
- 5.26 • Elaborar um relatório (objectivos, instrumentos e ganhos de eficiência) sobre as iniciativas em curso e planeadas para o sector dos portos.
- 5.27 • Rever o actual quadro jurídico que rege o trabalho portuário (maior flexibilidade).
- 5.28 • Adoptar alterações à legislação específica do sector dos serviços ao abrigo da Directiva dos Serviços.
- 5.29 • Eliminar restrições injustificadas ao livre estabelecimento e prestação transfronteiras de serviços para a construção e o imobiliário aquando da transposição da Directiva dos Serviços.

- 5.34 • Elaborar relatório sobre os requisitos remanescentes nas profissões reguladas e eliminar os não justificados.
- 5.35 • Alargar os procedimentos *on-line* nos Balcões Únicos a todos os sectores abrangidos pela Directiva dos Serviços.
- 5.35 • Implementar o projecto de “Licenciamento Zero” que extingue as licenças nos sectores do comércio por grosso e a retalho, bares e restaurantes.
- 6.1 • Apresentar à Assembleia da República proposta de legislação para alterar a Lei do Arrendamento Urbano (Lei n.º 6/2006).
- 6.4 • Modificar a tributação de bens imóveis com vista a i) nivelar os incentivos ao arrendamento com os de aquisição de habitação própria e ii) alterar a carga fiscal dando primazia ao Imposto Municipal sobre Imóveis.
- 7.13 • Rever o Código de Processo Civil e preparar uma proposta identificando as áreas-chave para aperfeiçoamento.
- 7.4 • Estabelecer novos modelos de gestão em duas comarcas, incluindo em Lisboa, e apresentar um plano de gestão dos recursos humanos.
- 7.8 • Adoptar medidas que dêem prioridade à execução de decisões provenientes da resolução alternativa de litígios.
- 7.10 • Preparar relatório sobre o regime experimental de processo civil e a possibilidade de alargamento a todos os tribunais.
- 7.12 • Avaliar a necessidade de Secções especializadas nos Tribunais Comerciais com juízes especializados em processos de insolvência.
- 7.14 • Preparar medidas para acelerar a resolução de processos tributários.
- 7.5 | 7.16 • Elaborar plano de trabalho anual relativo à afectação de recursos com base nos dados de desempenho de cada tribunal.
- 7.18 • Publicar relatório trimestral sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.
- 4.1 • Adoptar um plano de acção para reformar o sistema de subsídio de desemprego.
- 4.4 • Preparar proposta de legislação para rever as compensações por cessação de contrato de trabalho para os actuais contratos em linha com a reforma para os novos contratos.
- 4.5 • Preparar proposta de legislação para rever os casos de despedimento individual com justa causa.

- 4.6 • Preparar plano para promover regimes de tempo de trabalho flexível.
- 4.8 • Implementar compromissos sobre “descentralização organizada” consagrados no Acordo Tripartido.
- 4.8 • Adoptar plano de acção para permitir às comissões de trabalhadores concluir acordos de empresa.
- 4.9 • Preparar relatório sobre as actuais políticas de activação e outras políticas activas para o mercado de trabalho.
- 4.9 • Adoptar um plano de acção para melhorias adicionais relativas a políticas de activação e outras políticas activas para o mercado de trabalho.
- 4.10 • Preparar um sistema de monitorização, avaliação e apresentação de resultados para avaliar as políticas de educação e formação.

2012-Fev **Finanças Públicas**

- 3.27 • Elaborar um relatório sobre as empresas públicas avaliando as suas perspectivas financeiras, a exposição potencial do Estado e a margem para uma privatização tranquila.

Competitividade

- 7.6 • Tomar todas as medidas jurídicas, administrativas e outras necessárias para tornar a arbitragem em acções executivas de dívida completamente operacional.

2012-Mar **Finanças Públicas**

- 3.31 • Apresentar um novo plano de privatizações.
- 3.34 • Estabelecer nos tribunais fiscais unidades vocacionadas para o julgamento de casos de maior dimensão, apoiadas em pessoal técnico especializado.
- 3.9 • Publicar informação adicional sobre os funcionários públicos numa base trimestral.
- 3.19 • Finalizar estudo detalhado sobre PPP e concessões por uma empresa de auditoria internacionalmente reconhecida.
- 3.20 • Novo quadro legal e institucional para a análise das PPP.

- 3.29 • Propor legislação para regulamentar a criação e o funcionamento de empresas públicas.
- 3.8 • Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.
- 3.33 • Fusão das unidades de cobrança de receita da segurança social e da administração fiscal, se a análise custo-benefício for favorável.
- 3.67 • Implementar a compra centralizada de produtos médicos através dos recém criados Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).
- 3.68 • Introduzir uma revisão regular das taxas pagas aos prestadores privados.
- 3.69 • Avaliar o cumprimento das regras de concorrência europeias na prestação de serviços de saúde no sector privado.
- 3.75 • Criar um sistema que permita a comparação do desempenho hospitalar, tendo por base um conjunto abrangente de indicadores e relatórios regulares.
- 3.76 • Alcançar a plena interoperabilidade dos sistemas de informação nos hospitais.
- 3.81 • Adoptar regras para aumentar a mobilidade dos profissionais de saúde (incluindo médicos) dentro e entre regiões.
- 3.81 • Adoptar para todo o pessoal (incluindo médicos) horários flexíveis, a fim de reduzir em, pelo menos, 10% as despesas com horas extraordinárias em 2012 e 10% adicionais em 2013.
- 3.81 • Implementar um controlo mais estrito das horas de trabalho e das actividades do pessoal dos hospitais.
- 3.80 • Publicar relatório anual sobre a afectação de recursos humanos no SNS.

Estabilidade Financeira

- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 7.21 • Implementar a proposta relativa ao reforço da independência e recursos das autoridades reguladoras nacionais.
- 5.19 • Apresentar uma análise do mercado das comunicações fixas e adoptar medidas de redução de barreiras à entrada.

- 5.30 • Aprovação pela Assembleia da República da legislação para melhorar o regime de reconhecimento de qualificações profissionais.
- 5.32 • Aprovação pela Assembleia da República da legislação para reduzir o número de profissões reguladas e eliminar as reservas de actividade injustificadas.
- 5.33 • Aprovação pela Assembleia da República da legislação para liberalizar o acesso e o exercício de profissões reguladas.
- 5.35 • Adaptar os Balcões Únicos para incorporar a nova legislação com vista a reduzir a carga administrativa para as empresas.
- 7.11 • Tornar completamente operacionais os tribunais especializados em matéria de Concorrência e Direitos de Propriedade Intelectual.
- 7.7 • Aumentar a capacidade do regime de Julgados de Paz para dar resposta a pequenos processos de cobrança.
- 7.17 • Avaliar a carga de trabalho/pessoal nos seis tribunais piloto nos termos do Novo Mapa Judiciário.
- 7.18 • Publicar relatório trimestral sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.
- 4.2 • Preparar proposta de legislação a adoptar pelo Governo sobre o sistema de subsídio de desemprego.
- 4.4 • Preparar proposta de legislação a apresentar à Assembleia da República sobre compensações por cessação de contrato de trabalho para os actuais contratos.
- 4.5 • Preparar proposta de legislação a apresentar à Assembleia da República sobre os casos de despedimento individual com justa causa.
- 4.6 • Preparar proposta de legislação a apresentar à Assembleia da República sobre o uso de regimes de tempo de trabalho flexível.
- 4.8 • Preparar proposta de legislação a apresentar à Assembleia da República relativa aos acordos de empresa concluídos pelas comissões de trabalhadores.
- 4.8 • Preparar proposta de legislação para reduzir para menos de 250 trabalhadores o limite da dimensão da empresa para as comissões de trabalhadores concluírem acordos (adopção até Junho de 2012).
- 4.10 • Adoptar plano de acção para melhorar a qualidade do ensino secundário.
- 4.10 • Adoptar plano de acção sobre a atractividade e relevância para o mercado de trabalho do ensino e formação profissional e valorizar os mecanismos de orientação profissional.

2012-Jun **Finanças Públicas**

- 3.32 • Elaborar um inventário de bens, incluindo imóveis, detidos pelos municípios e pela Administração Regional, analisando a possibilidade da sua privatização.
- 3.42 • Encerrar as entidades públicas que tenham uma análise custo/benefício desfavorável.
- 3.45 • Eliminar ineficiências e duplicações de actividades entre a Administração Central, Local e serviços da Administração Central descentralizados.
- 3.46 • Implementar integralmente a estratégia de serviços partilhados na Administração Central nas áreas dos recursos financeiros e humanos.
- 3.41 • Cada município deverá apresentar um plano para reduzir os cargos dirigentes e as unidades administrativas em, pelo menos, 15% até ao final de 2012.
- 3.9 • Publicar informação adicional sobre os funcionários públicos numa base trimestral.
- 3.8 • Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.
- 3.78 • Transferir alguns serviços hospitalares em ambulatório para Unidades de Saúde Familiares (USF).
- 3.82 • Finalizar o sistema de registos médicos electrónicos dos doentes.

Estabilidade Financeira

- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 5.35 • Alargar o projecto de “Licenciamento Zero” que extingue as licenças nos sectores do comércio por grosso e a retalho e restaurantes a todos os níveis da administração.
- 4.7 • Preparar proposta de legislação com critérios e modalidades para a extensão das convenções colectivas.
- 4.7 • Preparar um estudo independente sobre o modo como a concertação salarial tripartida pode ser revigorada.

- 4.8 • Adoptar a proposta para reduzir para menos de 250 empregados o limite da dimensão da empresa para as comissões de trabalhadores concluírem acordos.
- 7.18 • Publicar relatório trimestral sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.

2012-Jul **Finanças Públicas**

- 3.21 • Relatório anual sobre as PPP e concessões incluindo riscos orçamentais.
- 3.30 • Relatório anual sobre as empresas públicas do Estado, incluindo riscos orçamentais.
- 3.44 • Desenvolver um plano de consolidação para reduzir o número de municípios e freguesias.

2012-Set **Finanças Públicas**

- 3.11 • Publicar o relatório anual sobre riscos orçamentais.
- 3.9 • Publicar informação adicional sobre os funcionários públicos numa base trimestral.
- 3.8 • Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.
- 3.79 • Actualizar inventário de todos os médicos no activo.

Estabilidade Financeira

- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 5.11 • Relatório anual sobre novos investimentos em renováveis.
- 5.10 • Relatório anual sobre novos contratos em renováveis.
- 7.18 • Publicar relatórios regulares sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.

2012-Nov **Finanças Públicas**

- 3.77 • Publicar plano de acção detalhado sobre racionalização de rede hospitalar.

2012-Dez **Finanças Públicas**

- 3.41 • Reduzir os cargos dirigentes e as unidades administrativas em, pelo menos, 15% do total na Administração Local e Regional.
- 3.34 • Redução do número de serviços locais da administração fiscal em 20%.
- 3.33 • Concluir a implementação da nova estrutura que fundirá a administração fiscal (DGCI), a administração aduaneira (DGAIEC) e tecnologias de informação (DGITA).
- 3.34 • Aumentar o número de inspectores para pelo menos 30% do total de funcionários de administração fiscal.
- 3.35 • Terminar o grupo de trabalho temporário constituído por juízes para resolver casos pendentes com valores superiores a 1 milhão de euros.
- 3.46 • Implementar serviços partilhados nas tecnologias de informação.
- 3.49 • Reduzir o número de trabalhadores em, pelo menos, 1% ao ano, na Administração Central, e em 2% ao ano nas administrações regional e local.
- 3.9 • Publicar informação adicional sobre os funcionários públicos numa base trimestral.
- 3.8 • Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.
- 3.75 • Relatório sobre o desempenho hospitalar, tendo por base um conjunto abrangente de indicadores.
- 3.52 • Reduzir adicionalmente a despesa pública com os sistemas públicos de protecção na saúde em 30% em 2012.

Estabilidade Financeira

- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 5.1 | 5.4 • Eliminar as tarifas reguladas na electricidade e no gás.
- 6.3 • Aproximar o valor patrimonial dos imóveis do valor de mercado.
- 7.3 • Criar 39 comarcas, integralmente financiadas através das poupanças nas despesas e ganhos de eficiência (implementação do Novo Mapa Judiciário).

- 7.5 | 7.16 • Elaborar plano de trabalho anual relativo à afectação de recursos com base nos dados de desempenho de cada tribunal.
- 7.18 • Publicar relatórios regulares sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.
-

2013-Mar **Finanças Públicas**

- 3.9 • Publicar informação adicional sobre os funcionários públicos numa base trimestral.
- 3.8 • Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.
- 3.80 • Publicar relatório anual sobre a afectação de recursos humanos no SNS.

Estabilidade Financeira

- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 7.32 • Implementar a nova Directiva de Atrasos de Pagamentos.
- 7.33 • Incluir todos os municípios e todos os níveis da administração pública no âmbito do Programa Simplex.
- 5.35 • Alargar a todos os sectores os Balcões Únicos para reduzir a carga administrativa para as empresas.
- 5.35 • Alargar o projecto de “Licenciamento Zero” que extingue as licenças a outros sectores da economia.
- 7.18 • Publicar relatórios regulares sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.
-

2013-Jun **Finanças Públicas**

- 3.9 • Publicar informação adicional sobre os funcionários públicos numa base trimestral.
- 3.8 • Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.

Estabilidade Financeira

- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 6.5 • Rever o funcionamento do mercado da habitação com o apoio de peritos reconhecidos internacionalmente.
- 7.1 • Eliminar as pendências nos tribunais.
- 7.18 • Publicar relatórios regulares sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.

2013-Jul Finanças Públicas

- 3.21 • Relatório anual sobre as PPP e concessões, incluindo riscos orçamentais.
- 3.30 • Relatório anual sobre as empresas públicas do Estado, incluindo riscos orçamentais.

2013-Set Finanças Públicas

- 3.11 • Publicar o relatório anual sobre riscos orçamentais.
- 3.9 • Publicar informação adicional sobre os funcionários públicos numa base trimestral.
- 3.8 • Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.
- 3.79 • Actualizar inventário de todos os médicos no activo.

Estabilidade Financeira

- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 5.11 • Relatório anual sobre novos investimentos em energias renováveis.

- 5.10 • Relatório anual sobre novos contratos em energias renováveis.
- 7.18 • Publicar relatório trimestral sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.

2013-Dez Finanças Públicas

- 3.34 • Reduzir o número de repartições locais da administração fiscal em 20%.
- 3.47 • Reduzir o número de serviços locais descentralizados ao nível dos ministérios.
- 3.49 • Reduzir o número de trabalhadores na Administração Central em, pelo menos, 1% ao ano e em 2% ao ano nas administrações regional e local.
- 3.9 • Publicar informação adicional sobre os funcionários públicos numa base trimestral.
- 3.8 • Publicar contas trimestrais para as empresas públicas 45 dias após o final do trimestre.
- 3.52 • Reduzir adicionalmente a despesa pública com os sistemas públicos de protecção na saúde em 20% em 2013.
- 3.75 • Relatório sobre o desempenho hospitalar, tendo por base um conjunto abrangente de indicadores.

Estabilidade Financeira

- 2.22 • Relatório trimestral sobre endividamento de empresas e particulares.
- 2.8 • Fornecer actualização sobre necessidades potenciais de capital dos bancos e avaliação do seu processo de desalavancagem.

Competitividade

- 7.5 | 7.16 • Elaborar plano de trabalho anual relativo à afectação de recursos com base nos dados de desempenho de cada tribunal.
- 7.18 • Publicar relatórios regulares sobre taxas de recuperação, duração e custos da insolvência de empresas e processos tributários.

**data a
definir****Estabilidade Financeira**

- 2.5
 - Racionalizar a estrutura do grupo estatal CGD de forma a aumentar a base de capital da sua actividade bancária central. Definir um calendário mais ambicioso para a já anunciada venda do negócio segurador, um programa para a alienação gradual de todas as filiais não essenciais e, se necessário, uma redução das actividades no estrangeiro.
 - 2.21
 - Lançar uma campanha para melhorar a sensibilização quanto aos instrumentos de reestruturação disponíveis para o resgate precoce de empresas viáveis, designadamente através de formação e de novos meios de informação.
 - 2.1
 - Sujeito à aprovação ao abrigo das regras de concorrência da UE, facilitar a emissão de obrigações bancárias garantidas pelo Estado até ao montante de 35 mil milhões de euros, incluindo o previsto no pacote existente de medidas de apoio.
 - 2.9
 - Afectar novos recursos para o recrutamento adicional de especialistas em supervisão bancária.
-

